



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9247 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

Política de Avaliação e Projetos de Correção de Fluxo na Rede do Município do Rio de Janeiro

Viviane Chaves Tibães - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Política de Avaliação e Projetos de Correção de Fluxo na Rede do Município do Rio de Janeiro

Resumo

A pesquisa foi realizada com os professores atuantes na correção de fluxo do município do Rio de Janeiro. Seus objetivos são identificar e analisar a interface entre políticas de avaliação e os projetos de correção de fluxo como medida dessas políticas. Ainda analisamos as interpretações ativas que ocorrem nas instituições escolares, destacando como os profissionais em atuação traduzem e relacionam os textos políticos com a prática. A metodologia adotada foi a abordagem macro - micro da pesquisa. Foi realizado levantamento documental que deu origem a um mapeamento dos projetos. Os resultados iniciais apontam que essas categorias constituem os aspectos balizadores dos projetos. Também houve aplicação de questionários semiestruturados, a partir de Babbie (2005). A análise dos resultados foi realizada com o Ciclo de Políticas. Os resultados apontam que há sim uma interface entre as políticas de avaliação e de correção de fluxo ao se considerar a valorização da cultura da reprovação e que objetivos aos quais os projetos têm se prestado têm sido alcançados como, acelerar a finalização da etapa de ensino e servir como estratégia de desvio dos alunos que poderiam apresentar baixo desempenho nas avaliações externas. Acrescentando-se o fato que os alunos permanecem sendo responsabilizados pelo próprio fracasso.

Palavras-chave: Fracasso Escolar. Políticas de Avaliação e de Correção de Fluxo. Reprovação. Distorção idade/ano de escolaridade. Atuação em Políticas Educacionais.

Desenvolvimento

A pesquisa apresentada buscou trazer contribuições para a discussão políticas públicas voltadas para o campo da educação, abordando precisamente a interface entre as políticas de avaliação e de correção de fluxo na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A mesma

envolveu os tradutores dessas políticas, ou seja, os professores generalistas das turmas dos projetos de correção de fluxo em vigência na rede. Foram analisados aspectos relacionais entre as políticas, procurando compreender as interpretações ativas que ocorrem nas instituições escolares que oferecem esses projetos, destacando como os profissionais em atuação traduzem e relacionam os textos políticos com a prática.

Quanto à atualidade e ao intervalo de tempo delimitado para a pesquisa, foram utilizados os quadros com os quantitativos de turmas e alunos dos projetos Cariocas I e II específicos da 4ª e da 5ª CRE referente a 2017 a 2020 considerando que se trabalhou com o grupamento dos projetos de correção de fluxo para alunos do Fundamental II. Quanto à referência de ano letivo para entrevista com os professores, se considerou o ano de 2019 como parâmetro de regência. Ou seja, os professores respondentes ao questionário tiveram que tomar como base suas turmas de regência em projetos do ano anterior para responder às questões, devido ao cenário de Pandemia e ensino remoto do ano de 2020.

A respeito das escolhas metodológicas é possível afirmar que se buscou uma aproximação com a concepção de insubordinação criativa, discutida em D'Ambrósio e Lopes (2015, 2015a) e procurando romper com a abordagem reducionista de pesquisa qualitativa ou quantitativa (ou ainda quali-quantitativa), trago a abordagem macro - micro da pesquisa, cujo embasamento teórico se dará a partir de pesquisas de abordagem discursiva, realizada por Alice Casimiro Lopes e de abordagem crítica de Zaia Brandão, com o objetivo de hibridizar as duas possibilidades metodológicas. Segundo Lopes (2006, p. 624), a instância macro representa as abordagens empíricas que se debruçam sobre as investigações que analisam elementos tais como disposições legislativas, propostas curriculares oficiais, história das disciplinas no sistema escolar, análise da organização curricular e da seleção de conteúdos, enquanto a instância micro (idem, p. 625) vai se dedicar aos estudos mais voltados para a realidade escolar: estudos nos/dos/com os cotidianos, pesquisa sobre práticas pedagógicas, história das instituições escolares, uso de livros didáticos e história curricular, bem como estudos de caso de maneira geral.

Quanto à abordagem macro, o estudo foi contemplado a partir da recolha de dados e análise estatística destes composto por levantamento documental disponível na própria SME, nos setores da 4ª e da 5ª Coordenadorias Regionais de Educação, nos documentos normativos das políticas e nos materiais utilizados para a formação dos professores em atuação. Esse levantamento deu origem a um mapeamento dos projetos de correção de fluxo e foi realizado em três eixos, a partir de uma análise realizada com a utilização de categorias comuns. Os eixos analisados foram: os projetos elaborados em caráter de realfabetização de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e em parceria com o Instituto Ayrton Senna, os elaborados em caráter acelerativo para os alunos dos anos finais em parceria com a Fundação Roberto Marinho e os projetos desenvolvidos para os alunos do Fundamental II, sob a administração exclusiva da gestão de nível central da Secretaria Municipal de Educação, organizados posteriormente às ocorrências das parcerias público-privadas. As categorias elencadas foram: Capacitação/Formação de professores, Gerenciamento/acompanhamento dos projetos, material pedagógico, avaliação dos alunos e perfil dos professores.

Tais categorias utilizadas para esta análise macro, além de recorrentes na literatura dos projetos e no levantamento documental, podem ser consideradas historicamente como balizadoras dos projetos de correção de fluxo. Ou seja, toda a estrutura, organização e desenvolvimento gira entorno delas numa concepção de dimensões norteadoras e indicadores de resultados.

Quanto à abordagem micro, a pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários semiestruturados aos professores regentes (generalistas) dos projetos de correção de fluxo

referentes ao Ensino Fundamental II. Ou seja, os chamados Cariocas I e II. Como aporte para a elaboração dos questionários, recorri à abordagem trazida em Babbie (2005), que permite entender a questão da pesquisa estudada e estruturar os instrumentos de coleta de dados partindo do que se considera mais relevante para a análise da pesquisa. Tal elaboração objetivou analisar e compreender: (a) como os envolvidos interpretam, como os atuantes traduzem e relacionam essas políticas com a prática, (b) as opiniões e percepções sobre as políticas públicas de avaliação e de correção de fluxo na SME-RJ, (c) as perspectivas e a relação entre alunos e docentes, (d) o conhecimento técnico apresentado por esses atores e (e) o perfil dos profissionais que atuam atualmente nos projetos de correção de fluxo.

Ressalto que a análise das respostas dos professores teve como referência a teorização do Ciclo de Políticas e, mais precisamente, o texto de Ball, Maguire e Braun (2016). Afinal, estes autores fizeram uma pesquisa etnográfica em quatro escolas britânicas, realizando entrevistas com professores, diretores, funcionários técnicos e de apoio pedagógico, coordenadores regionais e licenciandos, buscando compreender como as políticas educacionais eram interpretadas, traduzidas e atuadas nos espaços escolares, de acordo com a teorização desses autores “entrelaça três facetas constituintes do trabalho com políticas e o processo da política – o material, o interpretativo e o discursivo” (p. 30).

Realizou-se uma análise crítica e contextualizada dos projetos oriundos dessas políticas educacionais, considerando que não ocorrem implementações no contexto da prática e sim traduções, de acordo com a participação dos sujeitos atuantes no processo.

Nesse sentido, é trazida a importância da diferenciação entre os termos interpretação e atuação de políticas. Essa diferenciação busca chamar atenção para as iniciativas de compreender as maneiras pelas quais as escolas realmente lidam com as suas demandas de políticas no cotidiano em função de suas realidades situadas e contextuais.

Na pesquisa percebeu-se que é definido um protagonismo para elementos que muitas vezes são entendidos como secundários na formulação e atuação das políticas, como o papel desempenhado pelos diferentes atores da política, a agência exercida pelos artefatos produzidos para e pelas políticas como os espaços de discussão e reuniões pedagógicas e o contexto situado e específico das unidades escolares envolvidas, considerando suas inserções em comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Nessa fase final é possível afirmar que a primeira questão de pesquisa é respondida a partir não só da identificação de que há uma interface entre as políticas de avaliação e de correção de fluxo ao se considerar a valorização da cultura da reprovação ainda muito marcante no município pesquisado. Verifica-se ainda uma tendência de reforço a esta interface e um encadeamento de fenômenos. Ou seja, um fenômeno leva a outro: reprovação gera repetência, a repetência resulta na distorção idade/ano de escolaridade, alunos em situação de defasagem são alocados em classes de correção de fluxo e assim por diante. Corroborando com este cenário está a centralização dos processos avaliativos definindo as demais políticas educacionais, como as políticas curriculares e as próprias políticas voltadas para o fluxo escolar, algo que fica comprovado ao realizarmos o levantamento na literatura e a contextualização histórica da dissertação.

Ficam então as questões de investigação, das quais iniciaremos respondendo “Quais os objetivos e as justificativas para o desenvolvimento dos projetos de correção de fluxo na Rede? De quais demandas eles surgem?” Para responder a estas questões de pesquisa, utiliza-se o apoio em Fernandes (2021), que afirma ser um ponto negativo gestores utilizarem instrumentos de avaliação em larga escala para basear a idealização de outras políticas educacionais. No entanto, foi exatamente isso que aconteceu no caso do Rio de

Janeiro. Onde inicialmente a organização do tempo escolar em ciclos e, em seguida, a utilização das avaliações em larga escala de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, elaboradas por uma organização privada (Instituto Ayrton Senna), determinaram as regras de enturmação e, estrategicamente, as orientações para o desvio dos alunos que poderiam vir a apresentar algum tipo de prejuízo quando da obtenção dos resultados de desempenho nas políticas avaliativas em âmbito federal.

Resumidamente, é possível afirmar que objetivos aos quais os projetos alvo dessa pesquisa têm se prestado, tem sido alcançados ao longo do tempo. Ou seja, a primeira fase dos projetos de correção de fluxo tem por objetivo inicial efetivar os processos de alfabetização sob a chancela de organizações privadas, conseqüentemente, desprofissionalizando os professores atuantes fundamental I do Ensino Fundamental, lhes conferindo a incapacidade de alfabetizar os alunos. Em relação aos alunos do fundamental II, o objetivo inicial foi acelerar a trajetória escolar de alunos que, apesar de alfabetizados, apresentavam um histórico de repetência, de modo a levar esses alunos à conclusão da etapa de ensino. A segunda fase dos projetos nos traz outro objetivo, sendo que este não foi tão colocado em evidência: a estratégia de realização de um desvio dos alunos que poderiam apresentar baixo desempenho nas avaliações em larga escala promovidas pelo Governo Federal, diminuindo a possibilidade de comprometimento quando da composição dos índices gerados e indicadores resultantes desses instrumentos. Já a terceira e mais recente fase dos projetos, que acontece sob o gerenciamento e organização apenas da própria SME-RJ, traz de forma cumulativa os objetivos comuns às fases anteriores, como a intenção de acelerar a finalização do Ensino Fundamental e a estratégia de desvio de alunos. Assim como, também nos traz outros elementos significativos e pontuais como o reducionismo curricular, realizado a partir do que é chamado de “essencialização” de conteúdos, visão essa que reforça uma concepção utilitária de conhecimento, a preconização da aplicação de uma metodologia específica que envolva aspectos de socialização e do protagonismo juvenil. Desse modo, é inegável a crença nas “receitas de sucesso” responsáveis por levar os estudantes a aprenderem mais e melhor.

Em resposta à exigência do setor de Convênios e Pesquisas da SME-RJ, que no momento da autorização da pesquisa solicitou que a realização acontecesse com professores de mais de uma coordenadoria regional, afirma-se que não foi possível identificar expressivas diferenças entre as regionais envolvidas. Percebeu-se que as equipes de gerenciamento de meio atuam em consonância com as normas e idealizações elaboradas pela gestão do nível central. Também é possível afirmar que o fato das unidades envolvidas na pesquisa atenderem ou estarem inseridas em comunidades carentes de ambas as regionais, trouxe certa proximidade no que se refere à atuação no contexto da prática.

Por fim, a utilização de uma metodologia que envolve atividades que aproximam a organização dos projetos do trabalho colaborativo pode ser visto como um saldo bastante positivo, considerando que a composição dessas turmas é, predominantemente, de alunos com questões de autoestima e crenças na ideologia do fracasso. No entanto, algumas das ações que compõem a parte que é responsabilidade da escola no que diz respeito à tradução e ao poder decisório, ratifica sim e naturaliza a cultura da reprovação. Ou seja, os alunos permanecem sendo responsabilizados pelo próprio fracasso em suas trajetórias. Fortaleço essa afirmação tomando como exemplo a inclusão da frequência e o comportamento do aluno como parâmetros avaliativos dos professores e validados pelas unidades escolares em ambas as coordenadorias. Acrescentando-se ainda a adoção de uma construção discursiva de “bom aluno” a partir de lógica hegemônica, desconsiderando a composição das turmas com características peculiares estabelecidas a partir de um histórico de repetências. Em outras palavras, corroborando assim para a personificação do fracasso.

Referências Bibliográficas:

AGUILAR JÚNIOR, C. A. **Reprovação e política de avaliação na escola: um estudo na rede pública de Niterói**. Tese 291p. Doutorado em Educação – Programa de Pós - graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15621. Acesso em 25/05/2020.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

PEREIRA, T.V. **(Des)sedimentar sentidos de avaliação para possibilitar processos de avaliação mais justos e responsáveis**. In: ORTIGÃO, M.I.R et al. Avaliar para aprender no Brasil e em Portugal: perspectivas teóricas, práticas e de desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2019.